

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.**

Aos doze dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:55 horas, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, inicia a reunião propondo um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Antônio de Oliveira Xavier, funcionário da Secretaria que muito colaborou na realização do Seminário, recentemente falecido. A seguir fez a leitura da seguinte pauta: 1º - Votação das propostas de ata das reuniões realizadas nos dias 11/07/96 e 01/08/96; 2º - Informes; 3º - Prestação de contas da SMSA referente ao 1º trimestre/96 e orçamento/97; 4º - Discussão do projeto para prestação de assistência médico-cirúrgica em otorrinolaringologia; 5º - Internações hospitalares. No 1º ponto da pauta, Informes, Carminha fala de debate que será realizado no D.S. Norte, sobre o acolhimento e propõe que os conselheiros da região representem o Conselho no debate. Informa de consulta feita às Secretarias de Estado da Saúde e Administração sobre os servidores da saúde que aderiram ao PDV (programa de desligamento voluntário) do governo estadual, do debate da próxima quinta - feira, com o candidato a prefeito, Célio de Castro e que por decisão da mesa diretora, será pautado em cada reunião do Conselho, um assunto deliberado na 5ª Conferência Municipal de Saúde, estando prevista para Outubro a discussão sobre as eleições de gerentes. Informa ainda, que a Câmara Técnica de Recursos Humanos, deverá reunir-se com o Comitê Gestor para uma avaliação prévia do PRÓ-SUS, trazendo parecer para discussão em plenário e da proposta de fusão da Câmara Técnica de Controle e Avaliação com a de Financiamento. Lê documento do SIND-SAÚDE, denunciando fatos ocorridos no Hospital Júlia Kubitschek. Fala que o documento será encaminhado às Câmaras Técnicas para análise e posterior devolução para decisão do plenário. O conselheiro Jader, coloca que a medida atinge o Sistema de Saúde de Belo Horizonte já que o laboratório do HJK é também distrital e a SMSA é atingida quando um profissional dela é punido da forma arbitrária conforme é denunciado. O conselheiro José Osvaldo, fala que o conselho comunitário do HJK, reuniu-se com a Sra. Petronilha, citada na denúncia, tendo a mesma afirmado que foi usada pelo sindicalista, se dispondo a comparecer ao Conselho para esclarecer a questão. Carminha, informa sobre a reforma do local onde funciona o Conselho no pilotis e atos que serão realizados no dia 20, o primeiro às 15:00 horas, em frente a administração regional de Venda Nova em defesa da conclusão do Pronto

Socorro de Venda Nova e às 17:00 horas, no salão nobre da Faculdade de Medicina da UFMG. Passa a palavra ao Presidente do Sindicato dos Médicos, Ricardo Menezes, para informações sobre este ato. Ricardo, fala que o movimento que será desencadeado no dia 20 visa relançar do ponto de vista nacional, a PEC ( Proposta de Emenda à Constituição) N° 169, de autoria do deputado Eduardo Jorge e do ex-deputado Valdir Pires e mobilizar a sociedade no sentido de forçar a aprovação da PEC 169 no Congresso Nacional. Convoca todos os conselheiros e demais pessoas presentes para participarem do ato e diz que após sua realização as diversas forças que o estão organizando se reunirão no Sindicato dos médicos para traçar um calendário de ações para a mobilização nacional. O conselheiro Paulo César, fala que o ato é apoiado pela prefeitura de Belo Horizonte e propõe que o Conselho participe na divulgação com panfletos e inserção no rádio ou TV. O Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. César Campos, fala que a Secretaria estará facilitando a participação do pessoal da rede no ato que tem apoio da prefeitura e que o Financiamento definitivo do SUS é muito importante e será conseguido com a aprovação da PEC 169, que prevê 30% do orçamento da Seguridade Social e 10% dos orçamentos federal, estadual e municipal. Carminha coloca em votação a proposta de que o Conselho participe com material próprio para divulgação e convocação do ato pelo financiamento definitivo do SUS. Sem nenhuma posição contrária, a proposta foi aprovada por consenso do plenário. A seguir, o conselheiro Jader, passa informes sobre a 10ª conferência Nacional de Saúde, falando sobre a ausência de vários membros do governo federal incluídos na programação e que não compareceram, apenas o ministro da Saúde, Adib Jatene, esteve presente todo o período da Conferência. Fala da NOB/96 (Norma Operacional Básica) que foi discutida na Conferência. O conselheiro, Geraldo Mossem, fala do Pronto Socorro de Venda Nova e lê nota de convocação à manifestação que será realizada no dia 20 de Setembro com caminhada da administração regional até a obra da PS onde será dado o abraço ao Hospital. A conselheira Inês, da informe sobre a Câmara Técnica de Saneamento e conclama os componentes e outros conselheiros que queiram participar das reuniões da Câmara. Informa também sobre as discussões de saneamento e meio ambiente ocorridas na 10ª Conferência, sobre a Comissão Municipal de Aids, na qual representa o CMS e que ainda não se reuniu e coloca que estará à disposição do Conselho todas as quintas - feiras porque conseguiu ser liberada pela chefia e direção do D.S. Norte, onde trabalha. Reforça a denúncia da falta de empenho do secretário estadual de saúde em facilitar a participação dos delegados de Minas à 10ª Conferência Nacional. O Sr. Evaristo Garcia, solicita informações sobre recursos da saúde, recolhidos pelo Ministério por não terem sido utilizados pelo estado. Fala também de campanha para defender o programa de Segurança alimentar da prefeitura e pede o comparecimento de todos ao restaurante popular no dia 13, quando haverá manifestação

sobre a questão. Esclarecendo a respeito dos recursos que não foram gastos pelo estado, Dra. Carmem Lúcia, fala que o estado tem um recurso global de 66 milhões de reais mensais, dos quais 1,7 não foi gasto e poderia ter sido distribuído entre os municípios, o que não ocorreu e como o estado não está em gestão semiplena, acabou tendo que abrir mão de 17 milhões, “sobras” de um período em que os recursos poderiam ser repassados para os municípios que executam as ações de Saúde. O conselheiro João Athaide, fala que na 10º Conferência houve polêmica sobre a participação dos municípios no custeio da área de saúde e defende a realização da Conferência Metropolitana para discutir essa questão. Fala também da C.T. de Saneamento e defende que mais conselheiros se incorporem a esta Câmara Técnica. Dr. César Campos, fala que o Conselho deverá abrir um espaço para discutir a 10º Conferência e faz comentários sobre a dinâmica de transformação da Conferência, na sua opinião, programada para não fazer as discussões fundamentais em um fórum onde foram aprovadas questões muito importantes que visam garantir o funcionamento do SUS. Fala que nessa reunião que o Conselho fará para discutir a Conferência deverá também discutir a NOB (Norma Operacional Básica) para 1996, que por deliberação da Conferência poderá ser alterada em 60 dias. Considera positivas algumas alterações feitas pela própria 10º Conferência na NOB e ressalta a obrigação do Conselho de fazer a discussão e apresentar propostas e propõe pautar esse assunto em reunião ordinária ou em uma extraordinária. O conselheiro Paulo César, fala do avanço político que a 10º Conferência representou e faz a leitura da Carta da 10º Conferência. Carminha, passa informe sobre a Comissão de Saúde do Trabalhador e fala de carta de diversas entidades da região Oeste sobre a Policlínica Bethânia que será encaminhada à mesa diretora para apreciação. No 2º ponto da pauta: votação das propostas de ata das reuniões de 11/07 e 01/08, Carminha, pergunta se existe alguma retificação a ser feita. O conselheiro Jader, apresenta retificação na ata de 11/07 onde há uma omissão em relação ao valor de R\$ 300,00 da gratificação do PRÓ-SUS, para o nível elementar, na proposta original da SMSA. Não havendo outras retificações, as atas foram aprovadas por consenso do plenário. No 3º ponto da pauta: Assistência médico-cirúrgica em otorrinolaringologia, é dada a palavra à Dra. Carmem Lúcia Soares, diretora de Planejamento e Regulação da SMSA, que apresenta o projeto, esclarecendo que existe uma demanda reprimida para cirurgias de otorrinolaringologia, sendo em torno de mil pessoas que estão aguardando estas cirurgias das quais 650 são crianças. Por causa do baixo valor da tabela, os hospitais deixaram de fazer essas cirurgias o que provocou o acúmulo. A proposta que traz ao Conselho é de um convênio com a Santa Casa para atendimento a esses casos que se encontram na fila de espera. O valor global do Convênio é de R\$ 273.000,00 e o acordo prevê a antecipação de R\$ 160.000,00 para a execução de 25 cirurgias por semana, para ao final de 40 semanas estarem atendidos todos os 1000 casos previstos no Convênio, dentro de critérios

definidos. Ao final destas 40 semanas seria paga a fatura, descontado o valor da antecipação. Diz que o impacto para o Fundo é de R\$8.000,00, considerando o valor da tabela do Ministério da Saúde. Explica como funcionará o Controle e Avaliação da execução do Convênio. Encerrada a apresentação, Carminha solicita que o coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, Jader Campomizzi, apresente o parecer da CTF sobre o Convênio. Jader, fala da discussão feita na CT e do parecer que é favorável a aprovação do Convênio. Carminha, abre ao plenário para esclarecimentos. A conselheira Inês, pergunta se há previsão de prazo para que a Santa Casa inicie as cirurgias. Dra. Carmem, esclarece que de acordo com o diretor clínico da Santa Casa, Dr. César, o início será imediato e a proposta é de na próxima semana, já iniciar as execuções das cirurgias. Feita a chamada nominal dos conselheiros, o convênio é aprovado por unanimidade do plenário. No 4º ponto da pauta: Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde, a palavra é passada ao assessor do gabinete, Nilo Bretas para apresentação. Nilo, inicia sua apresentação explicando que as contas referem-se ao primeiro trimestre de 1996. Utilizando transparências, faz detalhada demonstração das despesas e receita do Fundo Municipal de Saúde nos meses de janeiro, fevereiro e março, incluindo os recursos do Tesouro Municipal, gastos no setor saúde, até então não alocados no Fundo. A conselheira Simone, pergunta sobre o peso do gasto da rede hospitalar estadual no total dos pagamentos efetuados no trimestre. Nilo, esclarece que rede FHEMIG e o Hemominas, receberam no total de serviços prestados 12,9% dos recursos e informa que a partir do mês de setembro o teto dos valores da referência estadual do Hemominas foi desmembrado dos serviços prestados a Belo Horizonte. Apresenta o controle do saldo bancário do FMS ao final do trimestre e a proposta de utilização dos recursos. Terminada a exposição, o conselheiro Jader Campomizzi, coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, apresenta o parecer da CT que é favorável a aprovação das contas, fala da importância de acompanhar a prestação de contas e sugere que os conselhos distritais façam este controle. Jader, fala dos repasses de recursos do Tesouro Municipal que já estarão incluídos na prestação de contas do 2º trimestre. A assessora da CT de Financiamento, Lídia Matta Machado, fala do trabalho que vem sendo desenvolvido e propõe que todas as Câmaras Técnicas, façam relatórios de suas reuniões para serem lidos por todos os conselheiros. Diz que a comprovação da aplicação dos recursos nas ações de saúde consta do relatório de gestão e tem que ser avaliada politicamente pelo Conselho. Propõe a fusão da Câmara Técnica de Financiamento com a de Controle e Avaliação e defende que seja assumido o compromisso de na próxima reunião da Câmara Técnica já ser possível avaliar o relatório de gestão e proposta de gastos até dezembro/96. A conselheira Rosalina, pede esclarecimento sobre o fato de o faturamento de toda a rede FHEMIG ser pouco superior à 50% do faturamento do hospital das Clínicas, mesmo antes do convênio entre

a Secretaria e o HC. Nilo, esclarece que o hospital das Clínicas tem pagamento diferenciado por ser hospital de ensino, tendo um componente à mais como incentivo ao ensino e pesquisa. O conselheiro Antônio Gomes, fala de sua preocupação pela exploração que vem sendo feita da aplicação de recursos em bancos que estão sob intervenção e defende que seja esclarecida esta e outras questões que vêm sendo objeto de exploração política. Cobra a homenagem aprovada no Conselho para ser feita ao falecido conselheiro Sr. Antônio Carlos dos Santos no Centro de Saúde da Vila Pinho. A conselheira Inês, fala sobre o relatório de gestão e defende que o mesmo seja discutido mais profundamente, inclusive, nos conselhos distritais e comissões locais de saúde, porque considera que este é um importante instrumento de acompanhamento da gestão. Propõe que ao ser feito o relatório de gestão pela secretaria, seja repassado em tempo hábil para os conselhos distritais discutirem, se possível, com acompanhamento da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Financiamento, após a fusão com a qual diz concordar. O conselheiro João Athaide questiona os recursos gastos com o Hospital das Clínicas que considera elevados com um comprometimento alto do Fundo. Pergunta sobre repasse de recursos fundo a fundo. A conselheira Simone, esclarece que na Universidade, em relação à odontologia, tem sido observada uma redução de investimentos federais e conseqüente aumento da dependência em relação ao SUS. Diz que na Faculdade de Odontologia os recursos provenientes do SUS já representam 2/3 do orçamento total. O Sr. Geraldo Florêncio, fala da dificuldade de encaminhar pacientes aos hospitais e da falta de médicos na sua região. Carminha, solicita que as pessoas se atenham ao assunto em discussão. O conselheiro Ivan, fala que 2/3 ou mais, dos recursos, ainda são gastos com o setor privado e comenta a importância de rever o peso dos gastos com o Hemominas por ser referência estadual, mas defende um investimento cada vez maior em hospitais públicos como os da rede FHEMIG e Hospital das Clínicas, diminuindo a dependência em relação aos hospitais privados. Dr. César Campos, presta vários esclarecimentos sobre o controle e avaliação e fala que progressivamente vem sendo reduzida a dependência da rede privada e aumentado o pagamento ao setor público. Explica que a disparidade dos valores pagos ao Hospital das Clínicas deve-se ao fato de aquele hospital receber quase o dobro do valor de diária pago aos outros hospitais e mais 75% do valor da fatura correspondentes ao FIDEPS (Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa). Diz que o Convênio não envolve o HC como um todo e sim a urgência/emergência e mais 150 leitos de retaguarda. Expõe sobre as previsões de assinatura de contratos com a rede privada, convênios com a rede filantrópica e termos de ajuste com a rede pública, existindo uma dificuldade pelo alto índice de inadimplência dos prestadores, o que pela lei impede a contratação dos serviços. Fala que os recursos federais estão sendo repassados fundo a fundo, sem intermediação do estado, já tendo sido invertida a relação gastos com

hospitais versus gastos com ambulatório, o que representa um importante passo no processo de execução do projeto de saúde da atual administração. A seguir, Carminha Bomtempo, faz a chamada nominal para votação da prestação de contas. Ao final da votação são aprovadas as contas da Secretaria Municipal de Saúde referentes ao período de Janeiro a Março/96, por unanimidade do plenário. É colocada em votação a proposta de fusão das Câmaras Técnicas de Financiamento e Controle e Avaliação. Por consenso do plenário foi aprovada a fusão. Na seqüência, o diretor do departamento de finanças da Secretaria, Maurício Albino, é convidado a dar esclarecimentos sobre o orçamento para 1997. Informa que o orçamento ainda não pôde ser concluído pelo fato de haver sido desligado o sistema de grande porte de computadores para implantação do sistema de rede, através de micro. Diz que na próxima semana, o orçamento já será submetido à Câmara Técnica e poderá ser discutido no Conselho. Carminha, coloca a necessidade de se realizar reunião extraordinária do Conselho para apreciar o orçamento pois existe prazo legal para seu encaminhamento ao legislativo municipal. Lídia Matta Machado, propõe que a mesa diretora decida sobre a data. Jader, propõe que os conselheiros recebam a proposta de orçamento com antecedência. Carminha, esclarece que devido ao prazo curto e aos atrasos dos correios é difícil encaminhar com antecedência. No último ponto da pauta: Internações hospitalares, é passada a palavra ao Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. César Campos, que faz breve exposição sobre os problemas existentes nessa área e as medidas que vêm sendo implementadas para solucioná-los. Esclarece que quanto mais leitos de urgência/emergência são disponibilizados, mais aumenta a demanda e há uma retração do setor privado, o que agrava o problema. Fala que está sendo feita uma discussão com a Santa Casa no sentido de ampliar o nº de leitos oferecidos por aquele hospital temporariamente, até que seja alcançada uma solução definitiva. Este convênio será submetido a aprovação do Conselho. Estão sendo feitos entendimentos também com a FHEMIG para ampliação da oferta de leitos daquela rede. Outra proposta, que deverá ser implementada, a mais longo prazo, é a internação domiciliar. Lídia Matta Machado, fala de documento recebido na CT de Financiamento sobre o fechamento de leitos do CTI infantil da Baleia e pede esclarecimentos a respeito. Comenta a importância de buscar solucionar setorialmente as questões e fala da preocupação com a reposição do pessoal que está se aposentando e propõe que se estude a possibilidade de uma tabela diferenciada para em um prazo de dois meses resolver temporariamente a questão das consultas especializadas. O conselheiro Lauro Neves, representante dos hospitais Filantrópicos, esclarece que o problema não se refere apenas ao CTI da Baleia e faz um histórico das dificuldades que os hospitais vêm enfrentando para manter o atendimento ao SUS. Informa que o fechamento do CTI infantil foi adiado por 30 dias para que possa haver a discussão. O conselheiro João Atháide, fala que o Conselho tem que se posicionar sobre

essa questão e questiona que a participação do setor privado já é bem maior nas despesas com saúde. Fala também de notícias sobre privatização do hospital do IPSEMG e defende sua municipalização. O conselheiro Jader, comenta a questão das intenações e fala que o Conselho tem a obrigação política de discutir com profundidade. Defende que haja uma maior aproximação com a FHEMIG, através do conselheiro Eucério Valadão, buscando uma parceria para abertura de leitos nos hospitais públicos. Fala da proposta de redução de leitos na Santa Casa e questiona o plano de Saúde que ela está criando, alertando a Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Financiamento para os cuidados que terá de ter para evitar duplo faturamento. Sobre o hospital da Baleia defende que seja buscada uma solução e em relação aos hospitais privados, pergunta ao Dr. César Campos, como será feita a recontração destes hospitais. A conselheira Rosalina, solicita que o Dr. César informe sobre a reunião feita com as maternidades públicas para tentar solucionar a questão da falta de leitos para o alto risco materno - infantil. O conselheiro Geraldo Mossem, fala que o hospital de Venda Nova tem recursos aprovados no Orçamento da União, faltando vontade política do governo estadual para buscar estes recursos e concluir a obra. Fala da municipalização do Hospital Júlia Kubitschek, não concretizada e diz que há a necessidade de avançar na política de municipalização, incluindo outros hospitais dentro de critérios e prioridades que devem ser estabelecidos. Sobre a Baleia e os demais filantrópicos, comenta que é necessário que a Secretaria apresente um estudo propondo um pacote de medidas que possam solucionar a questão. Carminha Bomtempo, fala que no seu entendimento, os hospitais filantrópicos são privados e a busca de soluções pontuais tem levado a investimentos de recursos públicos nestes hospitais. Defende que o Conselho deve estar atento para garantir que a prioridade seja sempre o setor público. Fala de reunião da qual participou no Hospital das Clínicas tendo verificado que está havendo uma rigorosa fiscalização do cumprimento do Convênio e defende que seja usado o mesmo rigor para fiscalizar os hospitais privados que recebem recursos do SUS. Propõe que para a manifestação do dia 20, em defesa do financiamento definitivo para o SUS, o Conselho divulgue nota enfocando três questões: 1º - A preocupação do CMS com o PDV ( Programa de Desligamento Voluntário) do governo do estado; 2º - A preocupação com as aposentadorias de servidores federais; 3º - Defendendo as deliberações mais importantes para o SUS, aprovadas na 10º Conferência Nacional de Saúde. Respondendo às questões levantadas, Dr. César, esclarece que em relação ao hospital da Baleia, foi feita a mesma oferta da negociação proposta à Santa Casa para ampliação do nº de leitos, mas não havia espaço disponível e quanto ao CTI, as discussões já estão sendo feitas na Secretaria e a expectativa é de que venha a ser encontrada uma solução que será apresentada ao Conselho. Quanto aos contratos com a rede privada, esclarece que não existe contrato e não haveria recontração e sim contratação que, conforme

informou anteriormente, foi dificultada pela inadimplência de muitos prestadores com o INSS, que chega a 70% . Sobre a reunião com as maternidades públicas, informou que compareceram o HOB, MOV, HJK, Hospital das Clínicas e Maternidade Hilda Brandão, ficando estabelecido que, com prazo fixado em uma semana, a Comissão perinatal elaborará um texto que será o código de princípios do pacto entre estas maternidades para não deixar nenhum caso de médio e alto risco sem atendimento. A Comissão irá neste documento caracterizar os casos que serão considerados de médio e alto risco e a Central de Internação montará um esquema especial para ajudar na obtenção de vagas nos outros hospitais da rede. Deste documento constará também a nomeação de um responsável, em cada uma das cinco maternidades, provavelmente o chefe do plantão ou substituto, para fazer os contatos. Constará também ,os valores da tabela diferenciada, já aprovada pelo Conselho. Esse pacto irá funcionar até que se chegue à solução definitiva. Fala que considerou a reunião muito importante e positiva. Sobre o PDV, diz que quando foi anunciada a possibilidade de o governo estadual demitir servidores da área de saúde, o setor jurídico da Secretaria preparou uma ação contra o estado por rompimento unilateral do Convênio de municipalização, mas no caso do PDV, como há a adesão do funcionário que concorda com a demissão, o que se pode fazer é, considerando que o SUS é nacional, havendo responsabilidade dos governos estadual e federal por sua implantação, impetrar uma ação ordinária cobrando a reposição do pessoal desligado, o que também serve para o caso das aposentadorias dos servidores federais. O conselheiro João Athaíde, fala que, no seu entendimento, havendo um estímulo à demissão, ela deixa de ser voluntária e defende que o setor jurídico deve estudar a questão sob esse aspecto e acionar o estado. A seguir, Carminha Bomtempo, pergunta ao plenário se existe alguém contrário à proposta da nota a ser divulgada no dia 20/09. Em não havendo posição contrária a proposta é aprovada por consenso. Carminha, comunica que está sendo tentada reunião com o prefeito para discutir a mudança na Lei de Criação do Conselho e convida para debate no dia 19/09 com o candidato a prefeito Célio de Castro e dia 26/09, com a candidata Júnia Marise .Às 17:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

Belo Horizonte, 12 de Setembro de 1996.

RFF/vld



